



Estrutura de Missão para a Expansão do
Sistema de Informação Cadastral Simplificado



Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado

eBUPi – O primeiro ano de Operação
Principais resultados



1ano.bupi.gov.pt

Os primeiros 12 meses

Decorridos 12 meses do início de funções da Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (eBUPi), apresenta-se, no presente relatório, o resultado do primeiro ano de atividade do projeto.

Na fase inicial, foi constituída e designada a equipa eBUPi, tendo sido elaborado o respetivo **Plano de Ação** com a identificação de 25 grandes iniciativas.

Em paralelo, foi realizada uma avaliação do estado da plataforma BUPi e das necessidades de desenvolvimentos mais prementes com base nas lições aprendidas do projeto piloto.

Realizaram-se, ainda, um conjunto de atividades, das quais se destacam:

- Identificação de oportunidades de melhoria nas várias áreas (tecnologia, desenvolvimento aplicacional, SIG, Service Design, Comunicação);
- Identificação de oportunidades de canalização de recursos financeiros e orçamentais para o projeto;
- Mapeamento dos recursos tecnológicos necessários para suportar a fase de expansão e do *roadmap* de desenvolvimento;

- Identificação, desenho e desenvolvimento das ações de comunicação iniciais do projeto e de apoio aos municípios e aos técnicos habilitados, bem como do plano de comunicação para 2021.

Em termos institucionais destaca-se:

- A articulação com o Instituto dos Registos e do Notariado, a Autoridade Tributária e a Direção-Geral do Território, enquanto principais parceiros do projeto, estando a decorrer os trabalhos de reengenharia de processos que têm em vista a harmonização da informação entre entidades e a criação do Número de Identificação do prédio (NIP);
- A celebração dos acordos interinstitucionais com os municípios sem cadastro predial, aos quais foi prestado todo o apoio necessário à elaboração das candidaturas aos Avisos do PO Regionais Norte e Centro para financiamento da realização das operações de RGG;
- A celebração de protocolos de colaboração interinstitucional com entidades da administração central que detém informação relacionada com os prédios.

No que se refere à operacionalização do projeto salienta-se:

- A realização de diversas ações de formação inicial dos técnicos habilitados dos municípios sem cadastro predial, bem como a realização de workshops com os funcionários das Conservatórias do Registo Predial e as Repartições de Finanças.
- O desenvolvimento de mecanismos de suporte e apoio aos municípios e técnicos habilitados, em formato de e-learning com certificação.

Foram, ainda, desenvolvidos 46 procedimentos pré-contratuais visando a aquisição das diversas tipologias de serviços e bens necessárias à atividade da Estrutura de Missão e ao projeto de expansão do cadastro simplificado, através da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e do Instituto dos Registos e do Notariado.

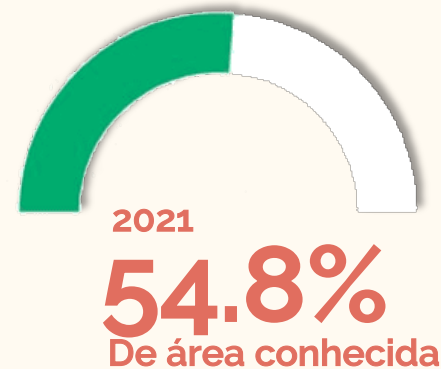
Destacam-se as principais iniciativas empreendidas, e os primeiros resultados já alcançados.

Principais Resultados

O projeto piloto 2017-2018

10

MUNICÍPIOS



- Alfândega da Fé
- Caminha
- Castanheira de Pêra
- Figueiró dos Vinhos
- Góis
- Pampilhosa da Serra
- Penela
- Pedrogão Grande
- Proença-a-Nova
- Sertão

677.865

MATRIZES

2017

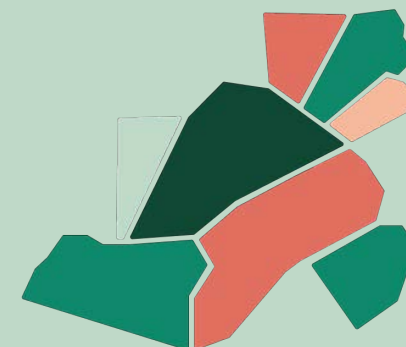
<10%

De área conhecida

153.227

RGGs

Até 15 agosto 2021



A expansão

308
MUNICÍPIOS

que podem beneficiar dos procedimentos especiais de registo de prédio rústico e misto omissos

174

MUNICÍPIOS

que podem aderir ao procedimento de representação gráfica georreferenciado (Portugal Continental 153, Açores 15 e Madeira 6)

Dos 152 municípios beneficiários, apresentaram candidatura aos PO Regionais:

68 zona Norte

70 da zona Centro

9 candidaturas através de CIM

141 municípios no sistema

24 milhões de euros de investimento para os municípios

8.694.011

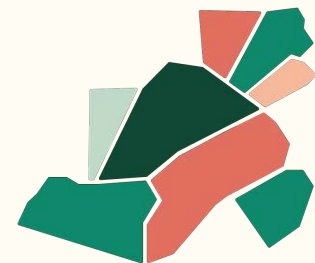
MATRIZES A GEORREFERENCIAR

2.740.544

PRÉDIOS RÚSTICOS

REGISTADOS

9 729 393 986 ha
em Portugal Continental



89

MUNICÍPIOS
NO BUI DE
141 EM ADEÃO

2.959.055
HABITANTES DOS
MUNICÍPIOS BUI
À DATA

361

TÉCNICOS
HABILITADOS
NA PLATAFORMA

53.618

PROCESSOS
RGG INICIADOS

2.182.085
PRÉDIOS RÚSTICOS
REGISTRADOS

5.497.317
MATRIZES RÚSTICAS

MUNICÍPIOS COM MAIS RGGs
INICIADAS EM SETEMBRO

Cantanhede (695)

Figueira da Foz (656)

Pombal (635)

Monção (436)

Ourém (427)

20.143

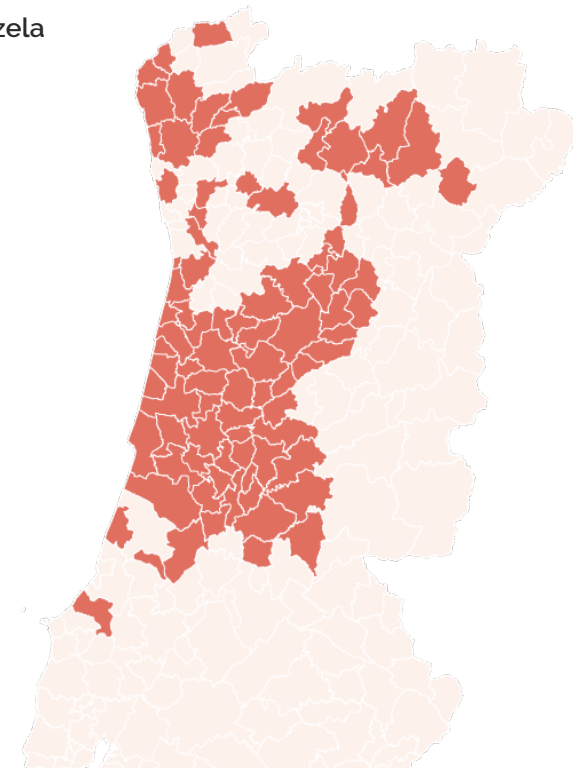
KM2 DE ÁREA TOTAL
ABRANGIDA PELO BUI

42,5%
ÁREA CONHECIDA

89 MUNICÍPIOS NO BUPi (a 18 de outubro) DE 141 EM ADESAO

O Balcão Único do Prédio já se encontra disponível em:

✓ Águeda	✓ Caldas da Rainha	✓ Lousã	✓ Ourém	✓ Sernancelhe	✓ Vila Nova de Poiares
✓ Aguiar da Beira	✓ Caminha	✓ Mangualde	✓ Ovar	✓ Sertã	✓ Vila Pouca de Aguiar
✓ Albergaria-a-Velha	✓ Cantanhede	✓ Marinha Grande	✓ Pampilhosa da Serra	✓ Sever do Vouga	✓ Vila Verde
✓ Alfândega da Fé	✓ Carregal do Sal	✓ Mealhada	✓ Pedrógão Grande	✓ Soure	✓ Viseu
✓ Alvaiázere	✓ Castanheira de Pêra	✓ Mira	✓ Penacova	✓ Tarouca	✓ Vouzela
✓ Amarante	✓ Castro Daire	✓ Miranda do Corvo	✓ Penalva do Castelo	✓ Tábua	
✓ Amares	✓ Coimbra	✓ Mirandela	✓ Penela	✓ Terras de Bouro	
✓ Anadia	✓ Condeixa-a-Nova	✓ Moimenta da Beira	✓ Pombal	✓ Tondela	
✓ Ansião	✓ Espinho	✓ Monção	✓ Ponte de Lima	✓ Vagos	
✓ Arganil	✓ Esposende	✓ Montemor-o-Velho	✓ Proença-a-Nova	✓ Valongo	
✓ Armamar	✓ Estarreja	✓ Mortágua	✓ Ribeira de Pena	✓ Valpaços	
✓ Aveiro	✓ Felgueiras	✓ Murtosa	✓ Sabrosa	✓ Viana do Castelo	
✓ Barcelos	✓ Figueira da Foz	✓ Murça	✓ Santa Comba Dão	✓ Vila de Rei	
✓ Batalha	✓ Figueiró dos Vinhos	✓ Nelas	✓ Santa Maria da Feira	✓ Vila do Conde	
✓ Boticas	✓ Gondomar	✓ Oleiros	✓ Santo Tirso	✓ Vila Nova de Cerveira	
✓ Braga	✓ Góis	✓ Oliveira de Frades	✓ São Pedro do Sul	✓ Vila Nova de Gaia	
	✓ Ílhavo	✓ Oliveira do Bairro	✓ Sátão	✓ Vila Nova de Paiva	



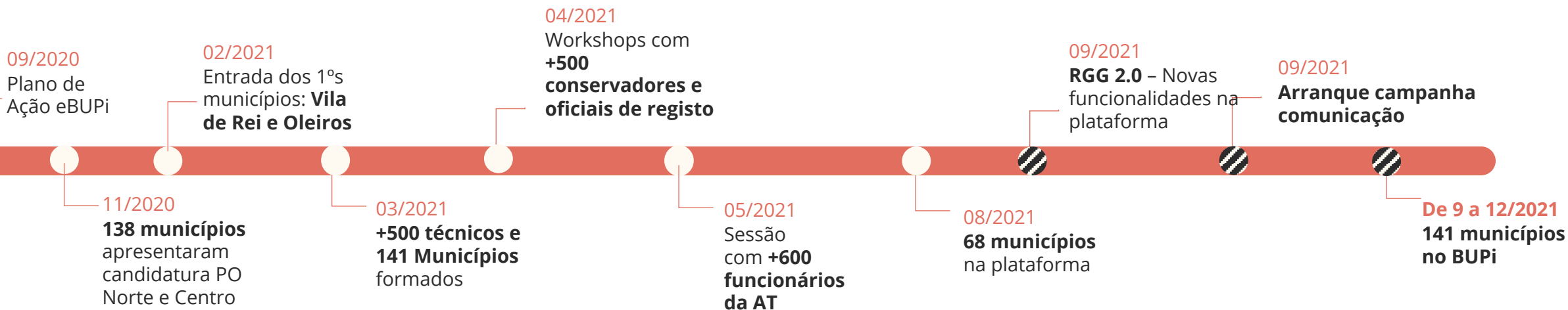
Novembro-Dezembro

Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Leiria, Alcobaça, Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, Arouca, Oliveira de Azeméis, Póvoa de Varzim, Vale de Cambra, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Montalegre, Vieira do Minho, Alijó, Penedono, Vila Real, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Lousada, Paços de Ferreira

Cronologia dos 12 meses

Sistema de Informação Cadastral Simplificado

O PRIMEIRO ANO



Principais atividades

12 meses

A fase de expansão do cadastro simplificado e do BUPi começa agora a apresentar os primeiros resultados.

O primeiro indicador foi a forte adesão dos municípios ao projeto, com a apresentação das **candidaturas de 138 municípios** aos Programas Operacionais Regionais Norte e Centro 2020, o que representa cerca de **90% do total de municípios elegíveis**, num investimento de **24 milhões de euros**. Este resultado demonstrou, desde início, a importância que é atribuída ao projeto, não só pela Administração Central, mas também pela Administração Local.

À data de outubro, **entraram já 89 municípios** e os restantes irão avançar até ao final do ano. Foram formados, nestes meses, mais de **500 técnicos habilitados**, dos quais mais de metade já se encontra a trabalhar diariamente na plataforma; foram envolvidos, de forma articulada com o Instituto dos Registos e do Notariado, mais de 500 funcionários do Registo, e realizaram-se workshops com mais de 600 funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira. **Já foram realizadas, até à data, mais de 53 mil Representações Gráficas Georreferenciadas nesta fase da expansão** (mais de 200 mil desde o início em 2017).

A segunda dimensão do trabalho passa pela inovação tecnológica: desde a evolução da plataforma BUPi para que tenha **mais funcionalidades e seja mais intuitiva**, até à necessidade de inclusão de **novas fontes de informação** para que o processo de identificação dos prédios seja mais simples. Com a expansão tem-se procurado estabelecer parcerias com um número maior de entidades o que permitirá carregar diferentes fontes de informação, numa escala nacional, acelerando o conhecimento do território.



12 meses (cont.)

A terceira dimensão passa pela **mobilização das populações**. Tem sido desenvolvido um trabalho de preparação e proximidade com os proprietários e agentes locais para construir materiais e **suportes de informação com linguagem simples e clara**. Para tal foi necessário perceber melhor os obstáculos e incentivos para o sucesso do projeto e definir qual o melhor formato comunicacional adaptado aos vários perfis dos públicos alvo. Foi criada uma **plataforma inovadora de marketing digital**, para os cidadãos com mais literacia tecnológica, bem como **suportes locais e incentivos a embaixadores de projeto nas freguesias**, de forma a envolver todos os proprietários. Foi ainda lançada uma **campanha de comunicação global** destinada a abranger o universo de intervenientes.

Por fim, salientar o processo de **simplificação** em curso na área predial, que vai permitir uma melhor articulação e comunicação entre as várias entidades da administração local e central com um propósito comum: criar um **número de Identificação do Prédio**. À semelhança do Cartão de Cidadão, que em 2007 simplificou o processo de identificação civil, também esta reforma terá um enorme impacto na simplificação da relação do Cidadão com a Administração na área predial.

Sabemos, pois, que este desafio não é simples. O propósito tem mais de 100 anos e perpassa já várias gerações, tentativas e abordagens. Contudo, a aprendizagem que foi feita no piloto e o trabalho de proximidade entretanto realizado, aliado à utilização de tecnologia, vem potenciar um contexto privilegiado de incentivo à mudança. É de salientar aliás que esta é uma das reformas mais significativas no eixo Florestas do Programa de Recuperação e Resiliência.



Tecnologia



EVOLUIR A PLATAFORMA BUPi

Evoluir a plataforma para uma versão 2.0, em cloud, mais escalável e que garanta uma experiência de utilização intuitiva, simples e interoperável. Será ainda preparada para integrar novos municípios e para assegurar a conectividade do BUPi com entidades parceiras.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Adaptação da infraestrutura do BUPi para permitir a escalabilidade e a adesão de mais municípios
- Desenvolvimento da arquitetura de software que está a ser simplificada para garantir a sua escalabilidade e a manutenção.
- Realização de investimento em cibersegurança da plataforma, corrigindo vulnerabilidades identificadas e implementando novas funcionalidades.

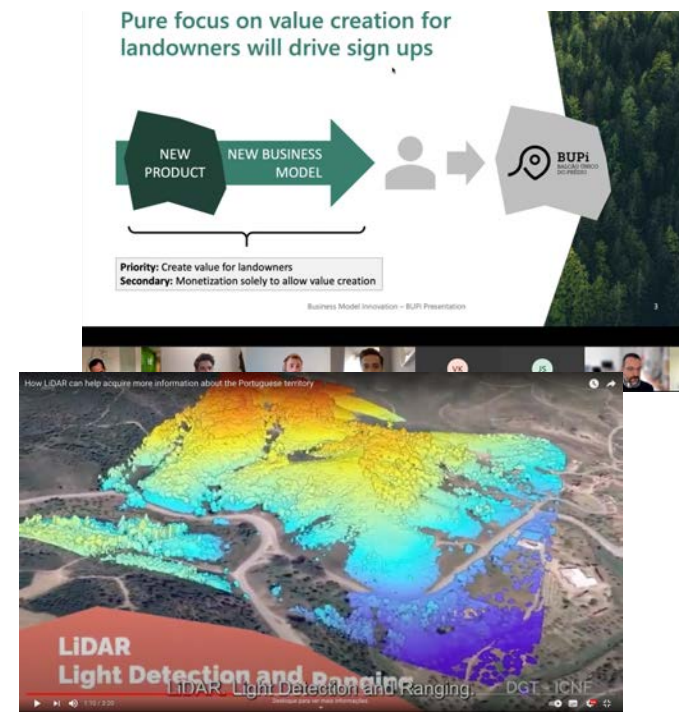
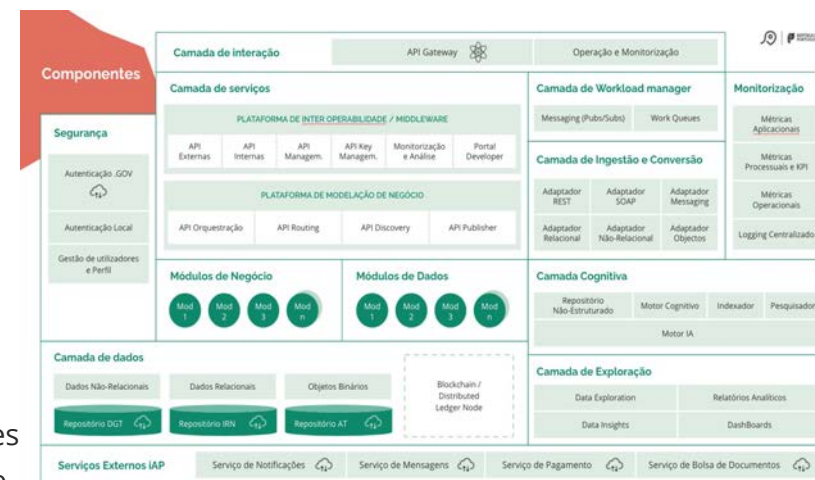


COOPERAR COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Celebrar protocolos com universidades, instituições e/ou laboratórios do ensino superior no âmbito de modelos de computação distribuída, para o estabelecimento de parceria permanente com vista ao cruzamento avançado de informação e de processamento de sistemas de inteligência artificial.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Estabelecida parceria com a Universidade Nova SBE para apresentação de projetos focados em novos modelos de negócio inovadores para o Balcão Único do Prédio
- Desenvolvidos trabalhos preparatórios com Agência Espacial Portuguesa e entidades da Ciência e Ensino Superior para o desenvolvimento de algoritmos e outras tecnologias para deteção remota



Entidades

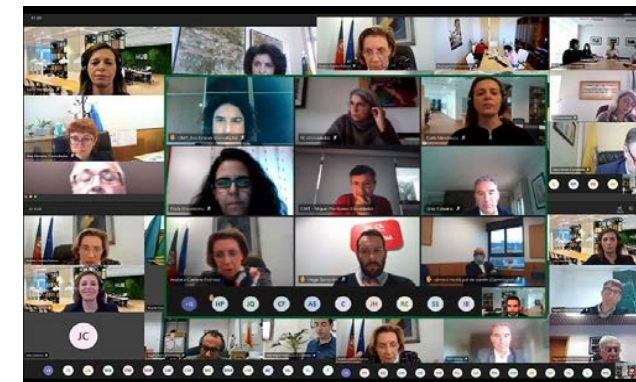


PROMOVER E APOIAR A ADESÃO DOS MUNICÍPIOS

Sistematizar o processo de adesão dos municípios , com a disponibilização de instrumentos, materiais e meios de suporte para a comunicação com os munícipes e agentes locais. Supervisão na concretização e monitorização dos objetivos.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Apresentação do plano de ação a todos os municípios e CIM do Norte e Centro: em 16 reuniões que envolveram 186 municípios;
- Adesão ao BUPi dos primeiros novos 89 municípios da fase de expansão (entrada faseada, de acordo com carta de risco de incêndio) e integram a área do Plano de Transformação da Paisagem do Pinhal Interior.
- Realização de sessões de formação, nas quais participaram 513 novos técnicos habilitados BUPi, dos quais 156 já se encontram a trabalhar ativamente na plataforma;
- Elaboração de mais de 50.000 RGG por declaração dos proprietários.



Entidades



ESTABELECE PARCERIAS COM ENTIDADES COM DADOS RELEVANTES PARA O BUPI

Garantir o estabelecimento das parcerias necessárias e adequadas com as entidades da administração pública e entidades privadas para que a Plataforma BUPI disponha de informação sobre o território que agilize o processo de identificação dos prédios rústicos e mistos.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Celebrados protocolos com a Autoridade Tributária, Instituto dos Registos e Notariado, Direção-Geral do Território, para disponibilização de matrizes, registos e ortofotomapas no BUPI; e também com Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e Guarda Nacional Republicana e com a FlorestGal



DGT
Ortofotomapas
Toponímia



AT
Base de dados
patrimonial



IRN
Base de dados do
registo predial



ICNF
Florestas
Parques
naturais
Baldios



Municípios
Toponímia
Rede rodoviária e
hidrográfica
Bens de domínio publico



IFAP
Parcelário



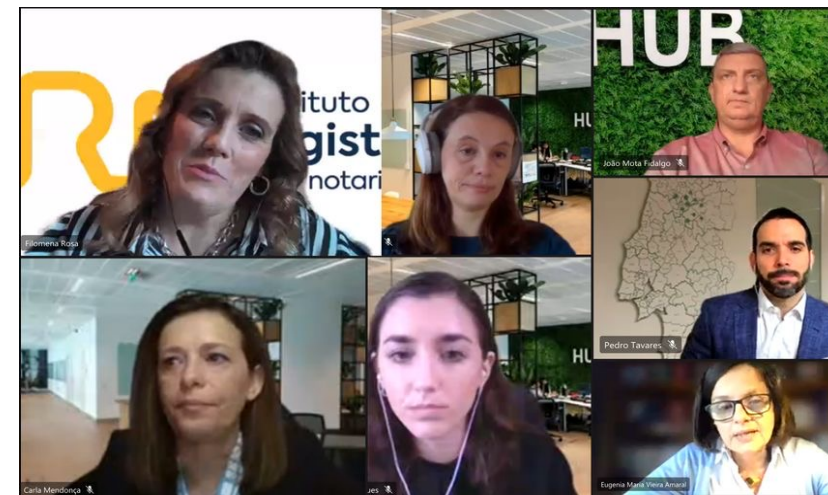
PT Space
Imagens satélite



**Grandes
Proprietários**
FlorestGal
...



GNR
Informação
local



Pessoas 1/2

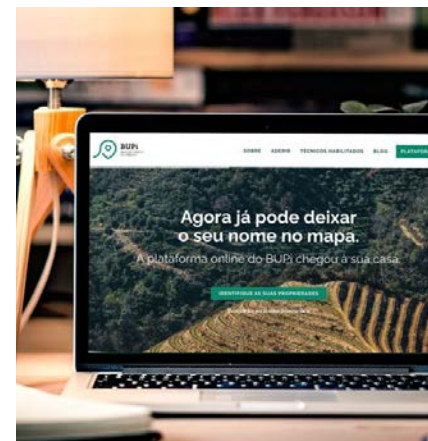


DESENVOLVER UM PLANO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Conceber e implementar um plano global de atividades de comunicação e marketing e respetivas plataformas, para garantir a necessária divulgação do projeto de expansão do BUPi.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Realizados dois estudos no terreno, um pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e outro pela equipa de service design, em municípios piloto e municípios da fase de expansão, que pretendeu perceber as motivações e impedimentos para a adesão dos cidadãos, incluindo constrangimentos, nomeadamente os decorrentes da pandemia;
- Elaborado um plano de comunicação global e local, que envolveu diferentes participações, incluindo o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF);
- Desenvolvido um novo site BUPi, integrado numa plataforma inovadora de marketing, com um novo blog de sensibilização e mobilização das populações;
- Lançada campanha de comunicação nacional e local, incluindo spots de TV e rádio e digital



Registo

4 motivos para registar as suas propriedades

Neste artigo, apresentamos 4 motivos para registar os seus terrenos e contribuir para o aumento do conhecimento do território português.



Simplificação

Alargar o BUPi em tempos de pandemia

Como expandir o BUPi a todo o país, onde o conhecimento do terreno é escasso, e garantir que a informação chega à população em contexto de pandemia?



Expansão

Tudo o que precisa de saber sobre a Expansão do Cadastro Simplificado

Com o sucesso do projeto piloto do BUPi, a expansão da informação é prioritária.



BUPi

O BUPi explicado de A a Z

O sistema simplificado possibilita a identificação e o registo das propriedades rústicas e mistas de forma simples, através do BUPi. Para o guiar neste processo, preparamos um glossário com as definições mais



Pessoas 2/2

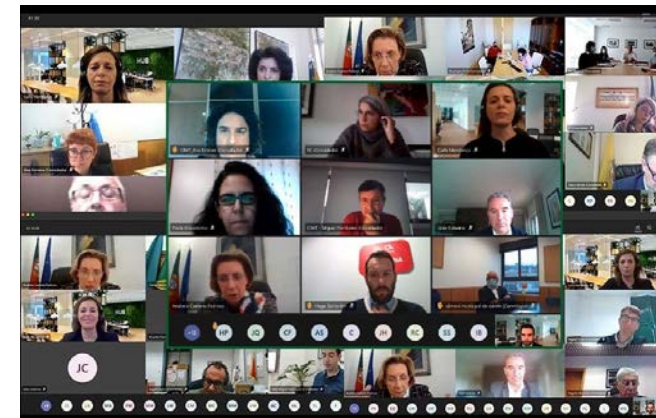
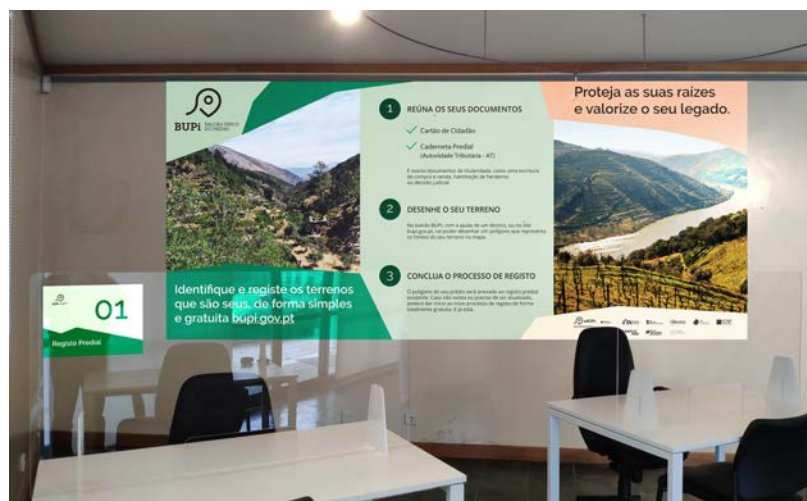


APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE BALCÕES DE ATENDIMENTO NO TERRITÓRIO

Adaptar e apoiar, através de plano de implementação dos balcões de atendimento, a mobilização de titulares tendo em conta o contexto e necessidades locais.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Desenvolvidos e preparados todos os materiais de comunicação para disponibilização aos municípios, incluindo sinalética para o atendimento
- Desenvolvidos vídeos de suporte aos técnicos habilitados dos municípios
- Disponibilizada plataforma de suporte e de base de conhecimento para técnicos habilitados
- Realizados workshops de comunicação, que envolveram mais de 200 participantes 120 municípios



O que é seu, é seu. E o que é seu merece ser protegido.

A sua história está escrita nos seus terrenos. Os marcos que só você conhece e a terra que mais ninguém pisa. Por isso, proteger as suas raízes e valorizar o seu legado está nas suas mãos.

Oleiros conta consigo.



Identifique e registe os seus terrenos de forma simples e gratuita em bupi.gov.pt ou na Junta de Freguesia.

Simplificação

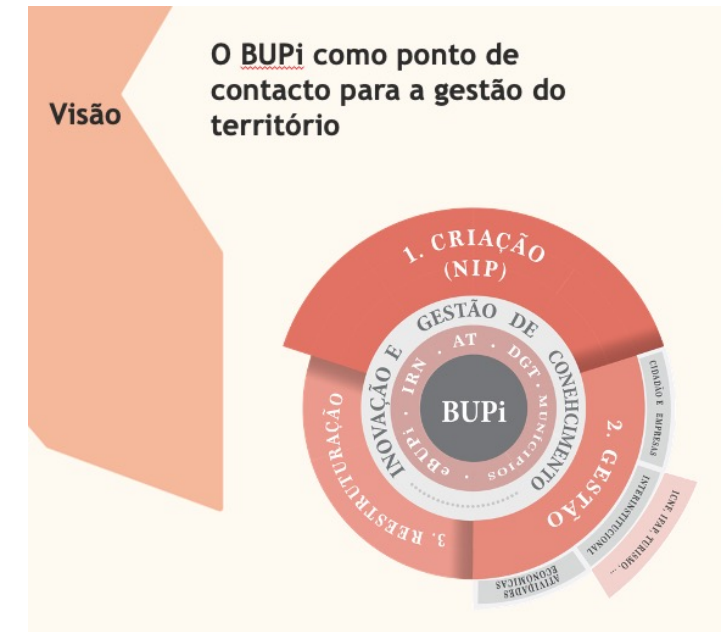


IMPLEMENTAR UMA REENGENHARIA DE PROCESSOS PARA PROMOVER A HARMONIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Promover a simplificação administrativa, procedimental e tecnológica na tramitação dos processos destinados a garantir a harmonização da informação de natureza matricial, registal e cadastral da propriedade rústica, que assegure a atribuição do NIP e a utilização da informação pela Administração Pública.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

- Em curso os trabalhos do grupo criado no âmbito da reengenharia de processos constituído pela eBUPi, IRN, DGT e AT, com o objetivo de interoperar dados e harmonizar informação tendente à criação do NIP;
- Decorrem, ainda, os trabalhos do subgrupo criado com vista à regularização dos processos de reclamação administrativa (PRA) pendentes e respetivo modelo de operacionalização em municípios com CGPR.



Uma visão para o BUPi 2.0

Visão

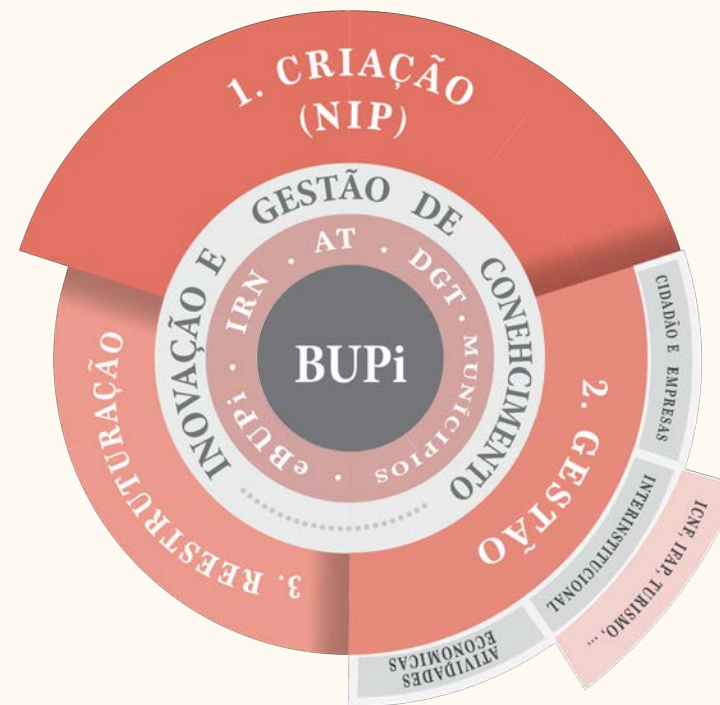
A criação do Número de Identificação do Prédio (NIP) constitui-se como o objetivo prioritário do projeto. Para isso, importa harmonizar a informação e constituir uma base referencial que integre os limites da propriedade e a sua titularidade.

O NIP é um identificador numérico que será atribuído a cada prédio, destinado ao tratamento de informação predial, sempre que seja confirmada a coincidência entre a descrição predial do IRN e a inscrição matricial da AT. O NIP contém informação sobre os titulares e a caracterização dos prédios e assegurará a identificação unívoca destes através da interoperabilidade entre os sistemas de informação, permitindo aos cidadãos e empresas obter, no futuro, um único documento sobre o prédio com validade legal e toda a informação necessária a identificar o mesmo.

Harmonizada a informação pelo NIP, qualquer alteração aos elementos descritivos do prédio são comunicados entre as entidades da AP envolvidas – processo de gestão do NIP. Na fase de gestão do NIP, os cidadãos e as empresas requerem as permissões administrativas necessárias à gestão da propriedade através do BUPi e as entidades da AP cumprem as suas atribuições por comunicação centralizada via BUPi, através do NIP. Será, ainda, disponibilizada informação relacionada com o potencial económico dos prédios e outra informação com interesse para as atividades económicas.

A atribuição de novo NIP existirá sempre que se verificar a reestruturação dos limites da propriedade ou a alteração da tipologia de uso existente.

O BUPi como ponto de contacto para a gestão do território



Visão

Relacionado com todos os fluxos NIP é de salientar a área de inovação e gestão do conhecimento que possibilitará o objetivo último do projeto: um cadastro multifuncional suportado numa *wiki* do território com toda a informação relacionada com os prédios necessária ao planeamento e gestão do território e a garantir a geração de valor económico, social e ambiental:

Com agregação mediante interoperabilidade dos dados detidos pelas restantes entidades públicas nas suas áreas funcionais de intervenção – floresta, agricultura, ambiente, proteção civil, turismo, entre outras.

E ainda a camada relacionada com as atividades económicas (potencial económico do prédio, os seus usos e utilizações, condição do prédio no mercado imobiliário, entre outro tipo de informação que importa disponibilizar sobre usos e utilização do solo).

Tudo isto com suporte na tecnologia e inovação que permitirão disponibilizar uma base de conhecimento do território e transformar este conhecimento em valor para os territórios e para os seus proprietários.

No topo da pirâmide incluem-se os cidadãos e as empresas que passarão a ter um ponto único de acesso para tratar de questões relacionadas com as suas propriedades, cumprindo-se o objetivo de disponibilizar uma plataforma de articulação do cidadão com a Administração Pública no âmbito predial e, com isso, integrar a informação do planeamento territorial e urbano, do registo predial e do cadastro.

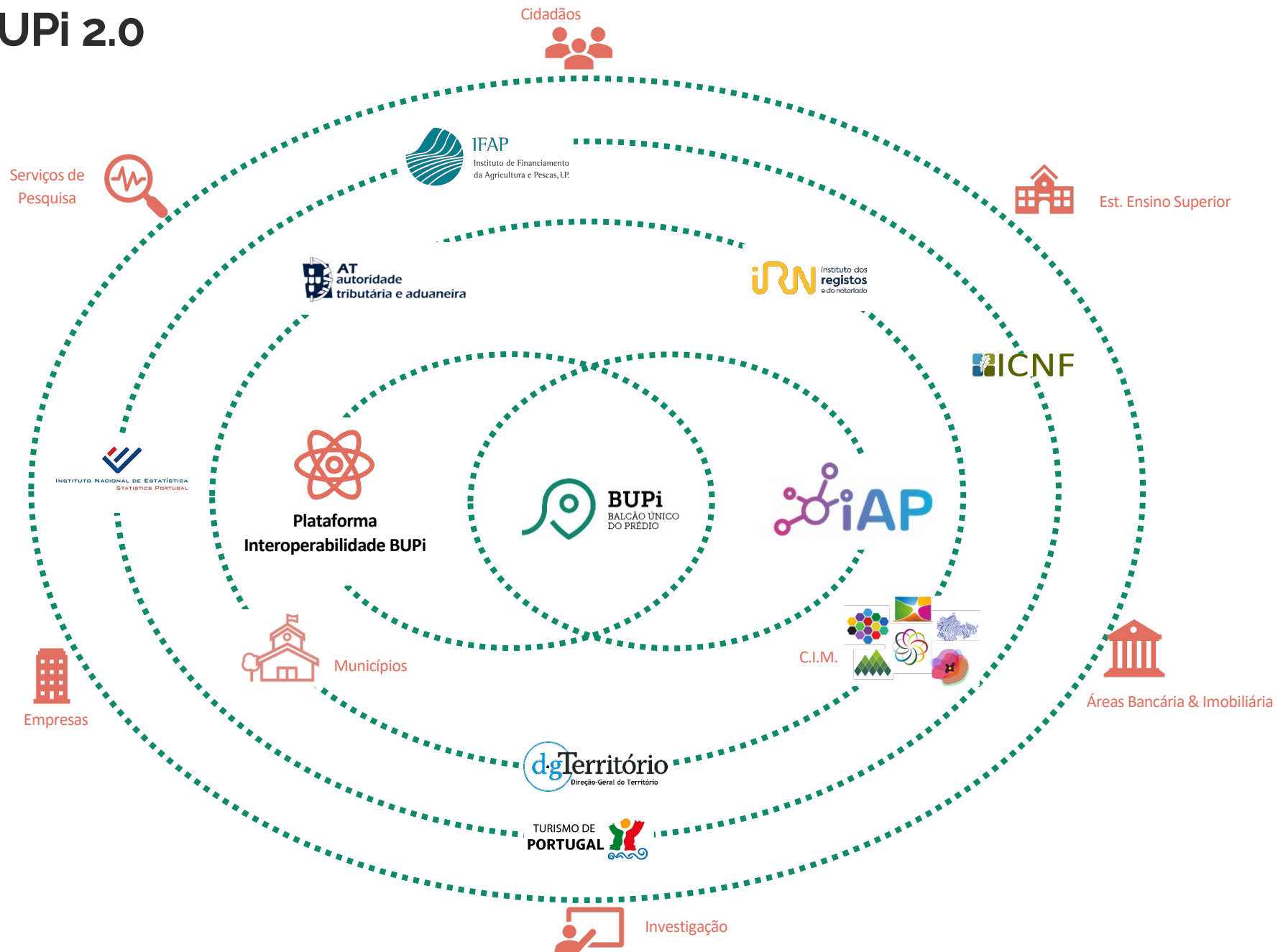
Uma lógica incremental de disponibilização de funcionalidades e integração de Entidades



Arquitetura Aplicacional

Visão Geral

Plataforma BUPi 2.0



Componentes

Segurança

Autenticação .GOV



Autenticação Local

Gestão de utilizadores e Perfil

Camada de interação

API Gateway

Operação e Monitorização

Camada de serviços

PLATAFORMA DE INTER OPERABILIDADE / MIDDLEWARE

API Externas

API Internas

API Managem.

API Key Managem.

Monitorização e Análise

Portal Developer

PLATAFORMA DE MODELAÇÃO DE NEGÓCIO

API Orquestração

API Routing

API Discovery

API Publisher

Módulos de Negócio

Mod 1

Mod 2

Mod 3

Mod n

Módulos de Dados

Mod 1

Mod 2

Mod 3

Mod n

Camada de Workload manager

Messaging (Pubs/Subs)

Work Queues

Camada de Ingestão e Conversão

Adaptador REST

Adaptador SOAP

Adaptador Messaging

Adaptador Relacional

Adaptador Não-Relacional

Adaptador Objectos

Monitorização

Métricas Aplicacionais

Métricas Processuais e KPI

Métricas Operacionais

Logging Centralizado

Camada Cognitiva

Repositório Não-Estruturado

Motor Cognitivo

Indexador

Pesquisador

Motor IA

Camada de dados

Dados Não-Relacionais

Dados Relacionais

Objetos Binários

Repositório DGT



Repositório IRN



Repositório AT



Blockchain / Distributed Ledger Node

Camada de Exploração

Data Exploration

Relatórios Analíticos

Data Insights

DashBoards

Serviços Externos iAP

Serviço de Notificações



Serviço de Mensagens



Serviço de Pagamento



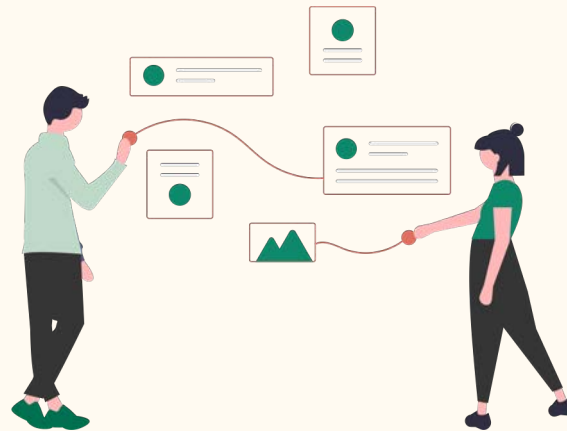
Serviço de Bolsa de Documentos



Entregáveis do Projeto BUPi



Número de Identificação do Prédio
(NIP)



Acesso e Partilha de Informação
na Administração Pública



Plataforma de Conhecimento
do Território

PRR - Investimento RE-Co8-i02

Cadastro da Propriedade Rústica

O cadastro da propriedade rústica é um dos instrumentos mais relevantes na dimensão territorial, com amplo impacto para alcançar uma melhor gestão do território, obter interoperabilidade entre entidades da Administração Pública e, consequentemente, para aumentar o conhecimento sobre o território nacional.

Neste contexto, trata-se de uma das principais reformas incluídas no pilar "Florestas" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



Total do Investimento: 55 milhões de euros



Cidadãos



Proprietários de prédios
rústicos



Empresas e Organizações



Administração Pública
Central e Local

Próximos passos

Os próximos meses serão determinantes para a concretização das várias iniciativas previstas no Plano de Ação, destacando-se a conclusão da adesão de todos os municípios ao BUPi e o reforço da afetação dos recursos nos balcões municipais para garantir um número expressivo de RGG e o cumprimento dos objetivos do projeto.

Ao nível aplicacional, existem vários desenvolvimentos em curso que irão contribuir para acelerar o processo, por um lado, através da inserção de mais fontes de dados e da utilização de mais algoritmos dedutivos, e por outro, a disponibilização de outros mecanismos de interoperabilidade, possibilitando a utilização da plataforma por mais técnicos e também por diferentes entidades da Administração Local e Central.

Ressalvar, igualmente, a continuação dos trabalhos que têm por objetivo a harmonização da informação no domínio predial, para a criação do NIP que irão possibilitar um desenvolvimento integrado do BUPi, articulado com as diferentes entidades da administração pública, sempre tendo por base a simplificação para o cidadão e a aplicação do princípio “once only”.

Finalmente, salientar a criação de uma framework de medição de impacto, que vai possibilitar um acompanhamento regular da evolução do projeto, com diferentes indicadores socio-económicos, detetando novas oportunidades, ou ajustando opções.

Para a garantia da concretização das ações previstas é necessário manter o apoio político ao projeto, atendendo à necessidade de amplo consenso em torno da importância do conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade, enquanto informação determinante para o desenvolvimento de políticas públicas setoriais sustentáveis sobre o território, a sua ocupação e uso, e para uma multiplicidade de domínios.



Considerações Finais

O presente relatório, destaca as principais iniciativas concretizadas e em curso, centradas na adesão dos municípios, ativação e mobilização, tecnologia e informação, operação do sistema simplificado e contratação pública associada à atividade da eBUPi.

Está em causa um projeto marcadamente estrutural e ambicioso, que depende do envolvimento e mobilização dos cidadãos e de um número elevado e diverso de agentes públicos e privados, que se encontra em execução, de acordo com um plano de ação orientado a resultados, com indicadores de desempenho e riscos identificados e objeto de monitorização regular, com vista à garantia da concretização dos objetivos definidos.

O Plano de Ação da eBUPi, assume um carácter dinâmico, prevendo-se ajustamentos e progressos ao nível das ações, dos meios e instrumentos aplicáveis, nomeadamente no que se refere ao novo quadro comunitário de apoio, e ao nível da disponibilização de novos incentivos financeiros e fiscais.

A eBUPi, está comprometida com os objetivos do Plano de Ação, sendo responsável por assegurar a sua correta implementação global, garantindo a articulação com todas as entidades envolvidas na implementação das iniciativas, assegurando o reporte dos resultados, contribuindo ativamente para o seu sucesso.





1ano.bupi.gov.pt



eBUPI

Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado

Campus de Justiça – HUB Inovação

Alameda dos Oceanos 1341, Edifício G

1990-083 Lisboa

Praça do Município (Ed. do Antigo Governo Civil)

6000-458 Castelo Branco

+351 213 212 484

geral@ebupi.mj.gov.pt

ebupi.justica.gov.pt | bupi.gov.pt

18 agosto 2021